

O Príncipe: uma filosofia em ação

*Carlos Eduardo Ruas Dias**

Resumo: Desde que foi escrita, em 1513, “O Príncipe” é uma obra que desperta a atenção daqueles que se dedicam aos estudos acerca das coisas políticas. O modo como Maquiavel dispõe suas ideias, fruto de uma longa experiência à frente da diplomacia florentina, chama a atenção por apresentar a laicização da política. A partir de então, a política passou a ser vista como a arena da ação humana, o espaço onde os homens agem em prol de suas demandas e visam o bem-estar coletivo. “O Príncipe” foi objeto de estudo de diversos pensadores ao longo dos anos, o que a torna uma obra em movimento, pois não ficou contida nos limites daquela sociedade florentina renascentista, mas rompeu as fronteiras do tempo e se fez atual ainda hoje. Uma leitura que pode nos mostrar a atualidade da obra maquiaveliana é a do italiano, Antônio Gramsci, que, no desejo de solucionar os problemas da sociedade de seu tempo, viu em “O Príncipe” uma ferramenta importante para sua empreitada, com isso nos forneceu uma importante leitura do texto de Maquiavel, atualizando o pensamento do autor renascentista. Diante disso, o presente trabalho pretende explorar a contribuição de Gramsci para a leitura de “O Príncipe”.

Palavras-chave: Maquiavel. Política. Príncipe. Filosofia.

The Prince: a philosophy in action

Abstract: Ever since it's been written, in 1513, “The Prince” is a work that calls attention of those who dedicate themselves to the studies of political things. The way with which Machiavelli exposes his ideas, due to a long experience ahead of the Florentine diplomacy, calls attention by presenting the political secularization. Since then the politics started to be seen as the field of human action, the space where men act in behalf of their demands looking for the collective welfare. “The Prince” were object of several researchers along the years, which make it a work in movement, cause it stood not contained to that Florentine renaissance society limits, but breached through its time boundaries and make itself present today. One reading that can show us Machiavelian's work actuality is the one made by the Italian Antonio Gramsci, were, desiring to solve the problems of his time society, saw in “The Prince” a important tool in his enterprise, thus providing us a important reading of Machiavelli's text, updating the renaissance

Keywords: Maquiavel. Politics. Prince. Philosophy.

Introdução

*Possui graduação em filosofia pela Universidade Estadual de Montes Claros (2011), atuando principalmente nos seguintes temas: vida, sociedade, Maquiavel, liberdade, política, república e Estado. Atualmente é acadêmico no curso de Pós-Graduação (mestrado) na Universidade Federal de Uberlândia bolsista Capes.

O pensamento maquiaveliano introduziu um novo tempo para o pensamento político, isso é evidenciado pelo fato do autor pensar a partir do que ele chamou de *verità effettuale dela cosa*. Tal conceito representa o esforço do pensador em trabalhar os assuntos políticos tomando a realidade como ponto de partida e esse constitui o pano de fundo do pensamento maquiaveliano, além de constituir um traço muito peculiar de Maquiavel, que é o primeiro a apresentar um pensamento político de caráter realista. Talvez, um dos motivos para isso é o fato dele ter desenvolvido sua obra após um longo período de serviço pela República Florentina, quando teve a oportunidade de tratar com alguns dos principais atores políticos da sua época, o que possibilitou um contato mais próximo com a prática da política. As experiências vividas por ele o levaram a visualizar a política como o espaço da ação humana e não o da especulação. Tudo isso fez do Florentino uma importante referência para quem se proponha a estudar os fatos políticos na modernidade, já que seu pensamento constitui as bases para a formação da ciência política moderna. Seguindo o exemplo do secretário, Antônio Gramsci, italiano do século XX, empreendeu seu trabalho político baseando-se na realidade dos fatos e da sociedade e se propôs a efetuar uma releitura da obra maquiaveliana a fim de adequá-la à contemporaneidade. A proposta do presente artigo é analisar a leitura gramsciana da obra de Maquiavel, com a finalidade de estabelecer um paralelo entre os dois autores e evidenciar o legado dos dois pensadores e suas relevâncias para a política do século XXI.

A política entre Nicolau Maquiavel (1469-1527) e Gramsci (1891-1937)

A característica fundamental de “O Príncipe” é a sua mobilidade, pois trata-se de uma obra que rompe os limites do tempo e do espaço, apresentando um trabalho intermitente desde a sua escrita no longo século XVI. Na obra em questão, Maquiavel usa dos elementos literários mais comuns à sua época para se dirigir a um governante a fim de dar-lhe conselhos para a prática de um bom governo, mas o que ele faz é apresentar uma política sem véu e sem direcionar seu discurso para um ator específico.

Na verdade, o formato de *speculum principis* é um artifício usado pelo Florentino para atrair os olhares para a sua obra, apesar de apresentar conselhos a quem queira investir no campo da política. O fato é que, a intenção do autor é apresentar uma análise das coisas políticas a partir de uma visão realista, como se pode ver em suas próprias palavras: “minha é intenção escrever coisas que sejam úteis a quem se interesse, pareceu-me mais

conveniente ir direto à verdade efetiva da coisa que à imaginação em torno dela” (MAQUIAVEL, 2010, p. 97). Aqui, pode-se ver a diferença crucial da política maquiaveliana em relação às outras filosofias políticas do seu tempo¹; o foco da sua atenção não é a idealização de um Estado ou de um líder virtuoso dotado de todas as qualidades louváveis em um governante, mas a análise do que realmente compõe o terreno político. Pode-se dizer que Maquiavel estabelece uma cartografia do campo político que retrata com muita fidelidade as sinuosidades do terreno, deste modo, o ator político passa a ter os subsídios necessários para superar as intempéries com a força necessária para a promoção daquele benefício que atinja a comunidade como um todo.

Com isso, ele anuncia uma nova forma filosófica de pensar a política, o realismo se torna o pilar central do pensamento político, de modo que, para ele, só é possível analisar a política com eficácia a partir do que ele chama *verità effettuale*. A verdade efetiva, o conceito que retrata o realismo presente na obra do secretário, é um elemento primordial para a compreensão da política e faz com que a sua filosofia seja atemporal, isto é, o realismo é o elemento fundamental para que “O Príncipe” seja uma obra conectada com a realidade presente em qualquer momento da história. Sobre isso, o autor adverte: “a distância entre como se vive e como se deveria viver é tão grande que quem deixa o que se faz pelo que se deveria fazer contribui rapidamente para a própria ruína e compromete sua preservação” (MAQUIAVEL, 2010, p. 97). Aqui o autor mostra o calcanhar de Aquiles de boa parte das teorias políticas desenvolvidas até aquele momento e depois². A tradição mostra um vasto elenco de pensamentos políticos pautados pelo vislumbramento de situações hipotéticas, onde os fatos simplesmente inexistem ou apontam apenas para um Estado ideal, construído por uma série de circunstâncias improváveis ou extraordinárias.

O êxito maquiaveliano consiste em analisar o tabuleiro político para movimentar as peças neles dispostas em busca do fim desejado, em nenhum momento ele usa da

¹ Coluccio Salutati, Leonardo Bruni, Leon Battista Alberti e Matteo Palmieri. São expoentes do Humanismo Cívico, uma corrente de pensamento surgida em Florença a partir do século XIV, da qual Maquiavel é herdeiro, ainda que seu pensamento represente uma ruptura com a tradição de seus predecessores. Para os pensadores desse movimento, a plenitude da realização da natureza humana está na participação da vida pública, visando a promoção da cidadania como meio para a construção do bem comum em detrimento dos benefícios particulares, ou seja, para o teórico do Humanismo cívico, a política tem o objetivo de proporcionar a liberdade dos homens, o que acontece somente se estes agem em prol do bem coletivo.

² Podemos destacar como exemplo de obra que foge à realidade do que realmente acontece na política, a Utopia de Thomas More (2004), quando o autor escreve sobre uma comunidade ideal que jamais existiu e pouco provavelmente existirá algo semelhante.

imaginação para criar uma realidade fantasiosa da política, mas faz apontamentos a partir dos elementos disponíveis àquele que queira tomar o poder e mantê-lo. Esse elemento realista de seu pensamento faz de sua teoria uma ferramenta atemporal. Nesse sentido, “O Príncipe” carrega a carga teórica maquiaveliana, embora esta obra não tenha sido escrita como um tratado teórico ou encerra toda a bagagem conceitual do autor. É uma obra onde se observa a política em sua forma crua, desvelada da idealização que a transformou em reflexo dos desejos humanos, e cujas expectativas em relação às pessoas sejam sempre as melhores.

Aqui podemos ver que a filosofia contida na citada obra é prática, é um pensamento vivo capaz de inspirar pensadores de outros tempos e de lhes fornecer uma ferramenta para compreender o desenvolvimento de uma teoria política pautada na realidade e que é atemporal. É o caso de Antônio Gramsci, pensador italiano do século XX, que ao analisar os problemas de sua pátria, encontra na obra maquiaveliana um instrumento útil para compreender tais problemas e para buscar a solução destes.

Segundo Lefort (1986), Gramsci se propõe a determinar a função da obra maquiaveliana no seu tempo, analisando-a em seu caráter engajado, por isso vê em Maquiavel um autor que escreve para aqueles que pouco sabem das coisas políticas e que coloca todo o seu conhecimento a serviço das classes populares. O próprio Gramsci coloca no Caderno 13 que “O estilo de Maquiavel não é de modo algum o de um tratadista sistemático, como os que a Idade Média e o Humanismo conheceram: é estilo de homem de ação, de quem quer induzir à ação, é estilo de manifesto de partido” (GRAMSCI, 2000, p.57). Como se vê, ele aponta para o diferencial da filosofia maquiaveliana: estar voltada para as classes populares e não para aqueles que detêm o poder. O que Gramsci pretende é municiar uma classe revolucionária com as ferramentas mais adequadas para a formação de uma nova classe política, capaz de formar uma nova hegemonia que possa tomar o ocupar os espaços do poder e fomentá-lo em benefício do povo.

Assim, embora exista um espaço de quatrocentos anos entre Maquiavel e Gramsci, a Itália é o território sobre o qual atuam, por isso a luta deles está intimamente ligada à promoção do bem comum do povo italiano, dando atenção especial para aqueles que encontram-se nas margens do teatro político. Não apenas em O Príncipe, mas em todo o conjunto de sua obra, Maquiavel destaca a constituição de um regime político capaz de proporcionar segurança aos italianos em âmbito institucional e material. Gramsci entende

esse apelo de Maquiavel como uma exortação ao povo, à sua mobilização em torno das questões políticas italianas.

O momento histórico em que insere Maquiavel é marcado por inúmeras mudanças nas configurações políticas europeias. No século XVI, a Europa está no auge de um processo de transformação que levou ao colapso o sistema de produção feudal e proporcionou a formação de Estados nacionais. Conforme o que ocorreu na França e na península Ibérica, que levantaram-se como nações potentes e sólidas, enquanto a Itália mantinha-se dividida entre uma nobreza que fazia de tudo para ampliar o seu poder em suas cidades-estado, ainda que à custa de hostilidades entre eles os governantes. Essa situação de litígio era mantida graças à existência de uma nova modalidade de chefes de Estado surgida na Itália.

Segundo Burckhardt (2009, p. 52), a partir do século XV, um fenômeno diferente começou a ser visto na Itália, os tiranos menores começaram a servir aos grandes tiranos como capitães de tropas mercenárias. Esses senhores, os *condottieri*, formavam forças que, segundo Maquiavel, eram causa da fraqueza militar da Itália, pois não havia qualquer identificação da parte deles para com as causas dos Estados que serviam, mas estavam interessados em soldos e pilhagens, assim ao se depararem com a iminência de morte os *condottieri* colocavam-se em fuga e, muitas vezes mudavam de lado no meio da batalha. Por esse motivo Maquiavel assumiu a missão de formar uma milícia cidadã em Florença, uma força militar formada por camponeses das vilas ao redor da cidade.

Na contemporaneidade, essa postura de Maquiavel foi muito elogiada por Gramsci, que em um dos seus cadernos destacou a importância de uma força militar na construção de equilíbrio entre as forças, para ele: “Um exemplo típico, que se pode servir como demonstração limite, é o da relação de opressão militar de um Estado sobre uma nação que procura alcançar a sua independência estatal” (GRAMSCI, 2000, p. 43). No caso italiano, naquele momento, Florença era uma República livre, mas não a Itália; o secretário percebia que o uso das forças mercenárias representava o atraso político-militar do país, pois o pouco empenho dos mercenários em defender os interesses daqueles que pagavam seus soldos custava caro, custava a liberdade italiana.

Olhando para o século XX, Gramsci vê na atitude de Maquiavel muito mais do que o trabalho de um servidor da burocracia estatal empenhado em ampliar a força do seu país, ele vê o esforço de um cidadão em equilibrar as forças políticas e militares preparando o povo para defender os interesses comuns não apenas dos florentinos, mas

também dos italianos. Poucas décadas antes de Maquiavel assumir seu posto no governo florentino, Carlos VIII, o novo rei francês, ávido por domínios, atravessou a Itália com seu potentíssimo exército profissional, a fim de reivindicar o trono de Nápoles. Ao chegar em Florença, ele usou um giz para assinalar as casas onde seus oficiais ficariam; sobre isso, Maquiavel expressa a fragilidade militar italiana no capítulo 12 de “O Príncipe” dizendo que Carlos pilhou a Itália com um giz.

Esse objetivo só seria viabilizado com a unificação do território italiano em um governo único, capaz de se impor perante as nações estrangeiras. Por isso, o argumento central de “O Príncipe” era: fornecer conselhos a um governante que se propusesse a unir a Itália sob uma liderança. Mas essa unificação só viria a ocorrer pouco mais de 300 anos depois, e 400 anos depois, as mazelas daquela sociedade se apresentavam na forma de um regime político pouco empenhado em proteger seu povo em atender suas demandas, mas tinha o foco em ampliar o seu poder sobre os mais humildes e tolher a sua liberdade. Tais mazelas se expressariam na ascensão do facismo, que revelava uma inversão nos valores políticos que norteiam a teoria maquiaveliana, eis o que Gramsci percebe no exercício de compreensão do seu tempo, e ao reler a obra maquiaveliana, traduzindo o pensamento para Itália do século XX, e ainda atual para o século XXI.

No caderno 13, Gramsci propõe-se a atualizar a obra do florentino a partir do valor que atribui ao “Príncipe”, e inspirando-se nele, cria a concepção moderna de Príncipe. Em 1513, quando a obra foi originalmente escrita, os monarcas centralizavam o poder em suas mãos e personificariam o poder para implementar uma agenda que os ajudassem a tomar e manter o poder, segundo Maquiavel.

Gramsci, por sua vez, entende que no século XX não há como centralizar o poder nas mãos de um só homem como representante das demandas populares, essa tarefa cabe ao que queira representar, efetivamente, as vozes populares e formar um novo Estado, por isso afirma que o “protagonista do Novo Príncipe não poderia ser, na época moderna, um herói pessoal, mas o partido político, isto é, em cada oportunidade e nas diferentes relações internas das diversas nações, aquele determinado partido que pretende fundar um novo tipo de Estado” (GRAMSCI, 2000, p. 59). Portanto, cabe ao partido, a missão de formar um novo Estado e dar ao povo aquilo que lhe é devido, o que não fora feito no *Risorgimento* quando a Itália unificou-se.

É sabido que Maquiavel escreve em um período pré-capitalista, onde o feudalismo já não era a principal forma de produção e ainda não tinha surgido um regime capitalista

pujante. Apesar disso, já existia uma elite burguesa que dominava a cena política no norte da Itália; em Florença, os Medici eram o exemplo dessa insipiente burguesia, os quais eram proprietários de um dos mais importantes bancos da Europa em tempos anteriores a 1513, além de possuírem grandes tecelagens. Em Veneza, havia uma forte classe mercantil que sustentava a economia da Sereníssima, e estes burgueses foram alguns dos responsáveis pelo processo de unificação italiano, que levou à fervura o caldo histórico que entornou no regime fascista. Esse grupo político dominou a cena pública italiana e fez com que a disparidade entre o povo/plebe e os grandes burgueses se acentuasse, fazendo com estes últimos se afirmassem sobre os primeiros.

Para Gramsci, o partido seria a manifestação de um desejo coletivo com a missão de moderar as demandas do seu grupo e dos grupos aliados, pois, para ele,

Determinados partidos representam um só grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os interesses do seu próprio grupo e os dos outros grupos, fazendo com que o desenvolvimento do grupo representado ocorra com o consenso e com a ajuda dos grupos aliados, se não mesmo dos grupos decididamente adversários (GRAMSCI, 2000, p. 59).

Aqui percebemos a ideia gramsciana de partido entrar em convergência com a concepção maquiaveliana de conflito civil. Para o secretário, em toda nação há necessariamente dois humores, o popular e o dos grandes: os primeiros querem apenas viver com liberdade, enquanto os últimos querem usar a sua liberdade para submeter aqueles outros aos seus desejos. Há, então, o conflito presente no seio da sociedade, mas, para Maquiavel, o conflito é salutar para o desenvolvimento institucional do Estado, pois é a partir desse embate entre os humores que surgem as legislações que garantem a liberdade política para todos.

A concepção Gramsciana do partido como o moderno príncipe vai de encontro com o desenvolvimento da ideia maquiaveliana do conflito civil. Sendo o primeiro a destacar o caráter benéfico do mesmo, Maquiavel ressalta que é a partir das discórdias existentes em uma República que surgem as instituições responsáveis por proporcionar a liberdade política no seio do Estado. O partido, pela visão gramsciana, deveria representar a voz universal do povo que se ergue em negação à voz positiva e singular dos nobres que tentam contra a liberdade da pátria como um todo. A função do príncipe gramsciano é, então, moderar os ânimos da nação e garantir que os desejos do povo, que para Maquiavel nunca são ruins, sejam garantidos.

O objetivo de Gramsci, naquele momento, é formar um consenso que viabilize a construção da hegemonia, que dê ao partido as condições de protagonizar a cena política e implementar a reforma intelectual e moral. Como Gramsci deixa claro:

Deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma reforma superior e total da civilização moderna (GRAMSCI, 2000, p. 18).

Ao implementar a reforma intelectual e moral, o partido assume seu protagonismo na realidade que consiste, em primeiro lugar, em reformar-se a si mesmo para que, em sua nova formatação, possa implementar essa nobre tarefa. Para Gramsci, o partido não pode permanecer com a atual estrutura caduca, constituída por uma cúpula que se descola de sua base, mas deve erradicar os elementos corporativistas e economicistas entre os seus membros; todos devem tomar parte nas decisões sem o estabelecimento de uma hierarquia entre os integrantes.

A própria transformação do partido já é parte dessa reforma intelectual e moral que, para Gruppi: “transforma a velha concepção e estabelece a nova” (GRUPPI, 1980, p. 87). Tudo isso constitui o processo de construção da hegemonia da classe trabalhadora, rumo a guerra de posição, que por meio de uma reforma intelectual e moral busca ocupar nos aparelhos privados de hegemonia com vistas a formar o consenso em torno dos interesses dos trabalhadores.

A atuação do partido, no olhar de Gramsci, acontece no sentido de transformar a correlação de forças políticas e de dar organicidade e coerências aos movimentos políticos espontâneos, a fim de evitar o fortalecimento da hegemonia burguesa que aproveita-se, constantemente da desorientação política dos subalternos. Assim, o partido tem uma função educativa para os trabalhadores, cabendo aos intelectuais orgânicos e tradicionais exercerem a função de formar não apenas uma liderança nova, mas de desenvolvimento de uma nova mentalidade moral, intelectual e cultural para toda a sociedade.

A leitura gramsciana da obra de Maquiavel nos revela a grande atualidade do pensamento dos dois autores, que buscam compreender a cena política a partir da realidade e, diante desta, afirmam a necessidade do povo educar-se para o agir político e positivamente. Maquiavel trata da grande política mostrando como ela é costurada a partir da política pequena, construída no dia-a-dia pelo cidadão comum, tudo isso faz com que o pensamento maquiaveliano ganhe vida em cada momento da história.

Considerações finais

A filosofia Maquiaveliana reverbera na cena política ainda nos dias atuais. O realismo que norteia os escritos de Maquiavel oferece a possibilidade de atualização das ideias do secretário, pois toda a ação política acontece sobre o terreno do real. Isso significa não apenas O Príncipe, mas toda a obra maquiaveliana é atemporal, porque extrapola os limites do tempo e pode ser traduzida (em termos gramscianos) em diferentes contextos e momentos históricos. Na atualidade, Antônio Gramsci apresentou uma nova visão da obra maquiaveliana, revalorizando seus escritos ao utilizá-los para ler os problemas do século XX, adequando-os à nova realidade italiana e da política mundial. A modernização da figura do príncipe retrata o trabalho gramsciano de mostrar que, o poder não pode estar concentrado nas mãos de um único indivíduo, mas em um organismo que represente os interesses universais de uma classe. Nesse sentido, o partido é a instituição moderna que pode incorporar o mito-príncipe; constituindo um corpo coletivo, o moderno príncipe atuará para transformar a si próprio, adequado ao novo modelo de partido, o gramsciano, que é diferente daquele existente na atualidade, marcado pela fragmentação e desorganização interna, e cujo poder concentra-se nas mãos de um pequeno grupo que toma as decisões e outros acatam. O moderno-príncipe gramsciano atrai para si a missão de implementar a transformação da sociedade nos âmbitos intelectual e moral, fomentando, a construção de uma nova hegemonia, a da classe trabalhadora, rumo a construção de uma nova maneira de viver e ser.

Referências

BURCKARDT, Jacob Christoph. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. Trad. e edição: Datio Canali. Porto Alegre: L e PM, 1980.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere, Volume 3*. Trad. e org. e Edição: Carlos Nelson Coutinho; Marco Aurelio Nogueira; Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

LEFORT, Claude. *Le travail de l'oeuvre Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Trad. Maurício Santana Dias. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

MORE, Thomas. *Utopia*. Trad. Anah de Melo Franco. Brasília: UnB; IPRI, 2004.

Data de registro: 04/09/2017

Data de aceite: 21/12/2017